

## *Laudato Si'* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência?

Gaël Giraud  
Philippe Orliange

## ***Laudato Si'* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência?**

### ***Laudato Si' and the Sustainable Development Objectives: A convergence?***

#### **Resumo**

Por ter sido publicada em 18 de junho de 2015, alguns meses antes da Conferência de Paris sobre o clima, a encíclica *Laudato Si'* foi voluntariamente lida, no contexto das negociações internacionais sobre o clima, como uma contribuição da Santa Sé para o esforço coletivo de se chegar a um acordo universal. Na França, a realização da Conferência de Paris ofuscou um pouco os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos em setembro de 2015 sem debate nem encenação, após um processo de negociações iniciado em 2013. No entanto, é com os ODS e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, que se deve comparar a encíclica de Francisco. *Laudato Si'* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm uma ambição universal em comum: ambos examinam as relações entre clima e desenvolvimento, ambos formulam respostas coletivas para desafios mundiais. Porém, o lugar ocupado por cada uma das duas instituições portadoras desses dois registros de discurso é certamente muito diferente: de um lado, a Igreja católica e, do outro, a “comunidade internacional” em sua perspectiva onusiana. Haveria uma visão convergente? O que ela significaria nas relações que a Igreja mantém, hoje, com “a” sociedade globalizada?

**Palavras-chave:** *Laudato Si'*; Desenvolvimento Sustentável; Sociedade Globalizada; Convergências

#### **Abstract**

As it was published on June 18, 2015, a few months before the Paris Conference on climate, the encyclical *Laudato Si'* was voluntarily read, in the context of the international climate negotiations, as a contribution of the Holy See to the Collective effort to reach a universal agreement. In France the holding of the Paris Conference slightly overshadowed the Sustainable Development Objectives (ODS) established in September 2015 without debate or staging, following a negotiation process initiated in 2013. However, it is with the ODS and Agenda 2030 for Sustainable Development, of the United Nations, which should compare Francisco's encyclical. *Laudato Si'* and the Sustainable Development Goals have a universal ambition in common: both examine the relationships between climate and development, both formulating collective responses to global challenges. However, the place occupied by each of the two institutions bearing these two registers of discourse is certainly very different: on the one hand, the Catholic Church and, on the other, the “international community” from its perspective. Would there be a convergent view? What would it mean in the relations that the Church today has with “globalized society”?

**Keywords:** *Laudato Si'*; Sustainable Development; Globalized Society; Convergences

# ***Laudato Si'* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência?**

Gaël Giraud

Philippe Orliange

Agence Française de Développement (AFD)

Paris, França

Tradução: Vanise Dresch

**Cadernos Teologia Pública** é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

**Reitor:** *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

**Vice-reitor:** *José Ivo Follmann, SJ*

**Instituto Humanitas Unisinos**

**Diretor:** *Inácio Neutzling, SJ*

**Gerente administrativo:** *Jacinto Schneider*

**www.ihu.unisinos.br**

**Cadernos Teologia Pública**

Ano XIII – Vol. 13 – Nº 117 – 2016

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling

**Conselho editorial:** MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Unilasalle, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Eumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PUCRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, EST-RS, doutor em Teologia.

**Responsáveis técnicos:** Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues.

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Imagem da capa:** Patrícia Kunrath Silva

**Editoração:** Rafael Tarcísio Forneck

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- . v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Coullart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil  
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467  
Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

## ***Laudato Si'* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência?<sup>1</sup>**

Gaël Giraud

Philippe Orliange

Agence Française de Développement (AFD)

Paris, França

Por ter sido publicada em 18 de junho de 2015, alguns meses antes da Conferência de Paris sobre o clima, a encíclica *Laudato Si'* foi voluntariamente lida, no contexto das negociações internacionais sobre o clima, como uma contribuição da Santa Sé para o esforço coletivo de se chegar a um acordo universal.

Na França, a realização da Conferência de Paris ofuscou um pouco os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS), estabelecidos em setembro de 2015 sem debate nem encenação, após um processo de negociações iniciado em 2013. No entanto, é com os ODS e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, que se deve comparar a encíclica de Francisco. *Laudato Si'* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm uma ambição universal em comum: ambos examinam as relações entre clima e desenvolvimento, ambos formulam respostas coletivas para desafios mundiais. Porém, o lugar ocupado por cada uma das duas instituições portadoras desses dois registros de discurso é certamente muito diferente: de um lado, a

---

<sup>1</sup> Este artigo é a íntegra da conferência proferida pelo Prof. Dr. Gaël Giraud, no dia 15 de setembro de 2016, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU. O autor concedeu os direitos de publicação considerando que também será publicada por *Études*.

Igreja católica e, do outro, a “comunidade internacional” em sua perspectiva onusiana. Haveria uma visão convergente? O que ela significaria nas relações que a Igreja mantém, hoje, com “a” sociedade globalizada?

### Uma ambição universal em comum

Os ODS, assim como a *Laudato Si'* e o Acordo de Paris sobre o Clima, assinado em dezembro de 2015, possuem uma ambição universal: dirigem-se a todos ou quase<sup>2</sup> todos os Estados, a todas as comunidades humanas, a todos os indivíduos. Isso não é novidade no que diz respeito a um texto pontifício. Lembremos o exemplo de *Populorum Progressio*, publicado por Paulo VI em 1967, em que a clareza da mensagem sobre o desenvolvimento humano e a noção cristã de progresso eram marcadas por um sopro universalista, e que já se dirigia explicitamente a toda a “família humana” (PP n. 17; n. 62).

Também convocando a “família humana” (LS n. 13) e falando da importância de uma “ecologia humana”, *Laudato Si'* não se dirige apenas às comunidades

cristãs. Inspirando-se no cântico de São Francisco de Assis, o Papa Francisco prega uma fraternidade entre os homens e com a natureza: “criados pelo mesmo Pai, [...] formamos uma espécie de família universal” (n. 89). O subtítulo da encíclica, o “cuidado da casa comum”, remete à metáfora do lar, do *oikos*, de uma geografia da partilha, da família e da fraternidade como linhas diretrizes do texto. Aliás, essa repercussão mundial desejada pelo Papa Francisco foi aclamada por muitos chefes de Estado, assim como pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, que “se alegrou com a contribuição de todos os líderes religiosos” para a redefinição da agenda internacional de desenvolvimento. Essa ambição universal é mais recente em se tratando do desenvolvimento dentro das Nações Unidas, presa até então em uma lógica de diferenciação Norte-Sul.

O paradigma anterior no qual se inseria a agenda internacional de desenvolvimento, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), concernia aos Estados do Sul. A gênese dos ODM devia muito aos Estados-membros do Comitê de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, especialmente às suas agências de fomento ao desenvolvimento, em busca de um novo impulso para o fomento público ao desenvolvimento. No

<sup>2</sup> Os dois únicos Estados que não fazem parte da lista onusiana das partes são Taiwan e, justamente, o Vaticano.

caso dos ODS, ao contrário, nada disso acontece. Frutos de uma iniciativa de países latino-americanos, encabeçada pela Colômbia, esses objetivos têm, desde o início, vocação para abranger todos os Estados do planeta.

*Laudato Si'* e os ODS são universais não somente por seu horizonte geopolítico, mas também por seu conteúdo temático. A uma abordagem compartimentada em temas – saúde, educação, água etc. –, os representantes das nações reunidas em Nova Iorque em setembro de 2015 preferiram um tríptico que está presente em cada um dos objetivos e engloba as questões econômicas, sociais e ambientais. Os 17 objetivos que compõem os ODS se propõem indivisíveis<sup>3</sup> e foram concebidos para se articularem e interagirem. O Papa estaria dizendo algo diferente disso ao afirmar que “não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social” (n. 139)? As soluções possíveis requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, para devolver aos homens sua dignidade e, portanto, simultaneamente, para preservar a natureza. “O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família

humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar” (n. 13). O preâmbulo do Acordo de Paris transmite uma ideia semelhante, “também reconhecendo que estilos de vida sustentáveis e padrões sustentáveis de consumo e produção, com os países desenvolvidos-Partes assumindo a liderança, desempenham um papel importante no combate às mudanças climáticas”.

### **Desafio climático, questão ecológica e questão social**

Com a introdução, entre os ODS, de um objetivo voltado para a luta contra o aquecimento global, as Nações Unidas reconheceram dois pontos: o desenvolvimento e a luta contra as mudanças climáticas não são dois assuntos separados, embora pertençam a dois canais de negociação diferentes no âmbito da ONU. A amplitude das alterações climáticas e de seus impactos justifica, de agora em diante, que seja dada uma atenção especial a essa questão, que, antes, não constava na lista dos ODM. Demonstrando essa conscientização em relação à gravidade dos desafios climáticos, um dos últimos

<sup>3</sup> Cf. a resolução “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015.

relatórios do Banco Mundial, *Shock Waves*, calcula que cem milhões de pessoas poderão passar a viver abaixo da linha da pobreza em 2030, por causa das alterações climáticas<sup>4</sup>.

Novamente, o Papa e a comunidade internacional expressaram uma preocupação comum. Para Francisco, “as mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade” (n. 25). Esse desafio, porém, é analisado na medida de seus impactos sobre os países e as populações mais pobres: “Provavelmente os impactos mais sérios recairão, nas próximas décadas, sobre os países em vias de desenvolvimento. Muitos pobres vivem em lugares particularmente afetados por fenômenos relacionados com o aquecimento, e os seus meios de subsistência dependem fortemente das reservas naturais e dos chamados serviços do ecossiste-

ma, como a agricultura, a pesca e os recursos florestais” (n. 25).

Em comparação, a formulação do ODS 13, “tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos”, pode parecer tímida. Em Nova Iorque, contudo, o essencial era afirmar que a luta contra as mudanças climáticas passava a fazer parte da agenda para o desenvolvimento, ao passo que a organização tradicional das negociações onusianas podia levar a abordagens fragmentadas: financiamento ao desenvolvimento, ODS, clima...

Estabelecida a relação entre desenvolvimento e luta contra as mudanças climáticas, é no Acordo de Paris que encontramos a mais clara expressão da importância que a comunidade internacional atribui aos desafios climáticos.

O preâmbulo do Acordo de Paris sobre o clima reflete as preocupações do Bispo de Roma. O texto assinado em Paris enfatiza: “a necessidade de uma resposta eficaz e progressiva à ameaça urgente da mudança climática com base nos melhores conhecimentos científicos disponíveis, [...] as necessidades específicas e as circunstâncias especiais dos países em desenvolvimento-Partes, especialmente aqueles que são particularmente vulne-

4 Hallegatte, Stephane; Bangalore, Mook; Bonzanigo, Laura; Fay, Marianne; Kane, Tamaro; Narloch, Ulf; Rozenberg, Julie; Treguer, David; Vogt-Schilb, Adrien. 2016. *Shock Waves: Managing the Impacts of Climate Change on Poverty. Climate Change and Development; Washington, DC: World Bank*. ©World Bank.  
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/22787>  
 License: CC BY 3.0 IGO

ráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas, tal como previsto na Convenção”. O texto destaca, sobretudo, “a relação intrínseca que ações, reações e impactos das mudanças climáticas têm com o acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza”.

Sustentados pela vontade de dar uma resposta global aos desafios do desenvolvimento sustentável, os ODS inovam com a introdução de temáticas que não estavam incluídas nos ODM. É o caso da questão das desigualdades. Dois objetivos tratam dessa questão. O objetivo 10 tem o seguinte enunciado: “*Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*”. Os subobjetivos deste especificam que é preciso reduzir as desigualdades de renda, empoderar as pessoas, garantir a igualdade de oportunidades, adotar políticas de proteção social, facilitar a migração, implementar um tratamento diferenciado para os países menos desenvolvidos (LDC, na sigla em inglês) etc. Para complementar essa questão, é preciso citar também o objetivo 8, que convida a “*promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos*”. O preâmbulo expressa, assim, a relação entre transição social e ecológica: “*tendo em conta os impera-*

*tivos de uma transição equitativa para a população ativa e a geração de empregos decentes e de qualidade de acordo com as prioridades de desenvolvimento definidas em nível nacional*”.

O Papa, por sua vez, inova, reservando, sobretudo, um lugar para o diagnóstico científico, que o discurso magisterial não havia reconhecido até então com tal relevância: toda a primeira parte da encíclica é dedicada a confirmar o diagnóstico científico que, nos últimos quinze anos pelo menos, vem sendo defendido pelo GIEC sobre a responsabilidade antrópica pelas mudanças climáticas. Enquanto as encíclicas pontificais anteriores evitaram cautelosamente assumir um posicionamento quanto à participação da ação humana no aquecimento global, *Laudato Si'* põe fim a essas hesitações e, acompanhando a Pontifícia Academia de Ciências<sup>5</sup>, reconhece finalmente que, se o planeta está aquecendo, é devido ao modo de produção e consumo irresponsável dos países industrializados.

Essa maneira de dar espaço à pluralidade das instâncias de autoridade dentro da discussão internacional

<sup>5</sup> A qual reconhece a responsabilidade antrópica em 28 de abril de 2015.

– a sabedoria inspirada do magistério deixa de entrar em conflito com o rigor científico – não é nova no âmbito das Nações Unidas, uma vez que o GIEC ou a Organização Mundial da Saúde, por exemplo, emanam da ONU. Em compensação, isso é mais novo no âmbito da Igreja, razão que não é alheia à qualidade da recepção da *Laudato Si'* no seio da comunidade internacional: toda a classe política e os funcionários internacionais podem referir-se à encíclica – desde Ban Ki Moon ou Jim Kin até Nicolas Hulot ou François Hollande –, pois agora a Igreja católica se torna um verdadeiro ator na cena mundial, exatamente por consentir de forma explícita essa pluralidade de registros de discursos legítimos.

Em segundo lugar, *Laudato Si'* é mais explícita do que as declarações onusianas quanto à relação entre ecologia e a dimensão social: “*toda a abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos*” (n. 93). O Papa relaciona também a finalidade do crescimento com as realidades sociais mundiais. Como havia feito na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (2014), Francisco assinala que “*a realidade social do mundo atual exige que, acima dos limitados interesses das empresas e duma discutível racionalidade*

*econômica, se continue a perseguir como prioritário o objetivo do acesso ao trabalho para todos*” (n. 127) e, também, que “*o verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes [aos pobres] uma vida digna através do trabalho*” (n. 128).

Os ODS e a encíclica romana convergem também quanto à necessidade de evolução dos padrões de produção e consumo. O Papa afirma isso em termos radicais. O ODS 12 convoca a assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. O posicionamento radical do Papa sobre o crescimento vai além do que expressam os ODS, uma vez que sugere a necessidade de certo decrescimento para que os países do Sul possam continuar crescendo. O documento onusiano, contudo, não é isento de radicalismo, certamente um tanto amenizado sob o efeito das negociações entre os 190 países. Três subobjetivos tratam, por exemplo, da questão dos resíduos, assunto que a *Laudato Si'* aborda em termos mais enfáticos: “*O ritmo de consumo, desperdício e alteração do meio ambiente superou de tal maneira as possibilidades do planeta, que o estilo de vida atual – por ser insustentável – só pode desembocar em catástrofes*” (n. 161). Os documentos onusianos optaram por formulações mais “diplomáticas”.

## A questão das cidades e o reconhecimento do “local”

Dentre os novos temas contemplados pelos ODS, um dos mais destacáveis talvez seja a adoção de um objetivo relativo às cidades. Trata-se do objetivo 11, enunciado nos seguintes termos: “*tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*”. Essa formulação pode parecer insignificante, mas não o é, tendo em conta tanto as problemáticas ligadas à urbanização quanto o papel das cidades – e daqueles que são responsáveis pela administração destas – na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável. O tema urbano, já presente em *Evangelii Gaudium*, aparece também em *Laudato Si’*: “*Nota-se hoje, por exemplo, o crescimento desmedido e descontrolado de muitas cidades que se tornaram pouco saudáveis para viver, devido não só à poluição proveniente de emissões tóxicas, mas também ao caos urbano, aos problemas de transporte e à poluição visual e acústica*” (n. 44). Para combater isso, a encíclica toma o exemplo da capacidade de desenvolver “*cooperativas para a exploração de energias renováveis*”. Para o Papa, “*este exemplo simples indica que, enquanto a ordem mundial*

*existente se revela impotente para assumir responsabilidades, a instância local pode fazer a diferença*” (n. 179).

Francisco assinala, certamente, o papel indispensável das instituições internacionais, mas não deixa de enfatizar o papel das instâncias locais, “*que podem fazer a diferença*”. O sistema multilateral, interestatal em sua essência, tem dificuldade de reconhecer o papel do “local”. O ano de 2015, porém, marcou avanços significativos nessa tomada em conta do “local” como instância indispensável ao êxito das políticas públicas. Houve o reconhecimento, na Conferência de Addis Abeba sobre o financiamento do desenvolvimento, do papel das coletividades locais; houve também o reconhecimento do papel das cidades na agenda dos ODS; e, por fim, a presença dos atores locais no programa de ação Lima-Paris, aprovado na COP 21.

## O retorno do político

Existem, portanto, aproximações inegáveis entre os textos aprovados nas três grandes conferências internacionais de 2015 e a encíclica *Laudato Si’*. Afinal, o que aproxima esses diversos textos não seria a reabili-

tação do político posto a serviço de um bem que, apesar da ausência de sua definição substancial nos documentos onusianos, é pensado por ambos os lados como sendo um bem “comum”? Os textos onusianos, assim como a encíclica, têm a ambição de serem “transformacionais”. Em Roma, Nova Iorque, Paris ou Addis Abeba, não se trata de corrigir de forma marginal um sistema, instituições e práticas globalmente performáticas, e sim de reformá-las profundamente.

Essa reabilitação do político é, primeiramente, a reabilitação do multilateralismo. O Acordo de Addis Abeba sobre o financiamento do desenvolvimento, a adoção dos ODS e a aprovação do Acordo de Paris sobre o clima destacaram o papel das instituições multilaterais como lugares privilegiados de criação dos consensos políticos mundiais necessários à ação coletiva e suficientemente ambiciosos. A abordagem do Papa, em busca da “*maturação de instituições internacionais mais fortes para erradicar a pobreza*” (n. 175), encontra um reflexo principalmente no ODS 17, que propõe “*fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável*” através de estímulos multilaterais. A revitalização da ação multilateral, aliás, passa menos pela criação de novas instituições internacionais

do que pela multiplicação de parcerias entre os atores e por uma abordagem em rede. É o que propõe o ODS 17, cujos subobjetivos defendem o fortalecimento das estruturas que passam por “*parcerias multissetoriais*”, inclusive “*a cooperação triangular [parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil] regional e internacional*”.

O retorno do político passa, em seguida, pelo papel das instituições políticas nacionais. Nesse ponto, os avanços do consenso onusiano podem parecer modestos. No entanto, houve também um progresso real. Os ODM ignoraram as questões de governo. Os ODS convocam a “*criar instituições eficientes, responsáveis e transparentes em todos os níveis*”. De modo geral, os ODS (como, aliás, os objetivos fixados em Paris para o combate às mudanças climáticas) fazem um apelo para a implementação de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável e contra o “curto prazo” dos mercados. O magistério católico é mais explícito do que os negociadores da ONU. Segundo Francisco, “*a política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia*” (n. 189).

Ao criticar “o paradigma tecno-econômico” (n. 203), *Laudato Si’* expressa certa desconfiança em relação a um capitalismo desregulado, considerando que a tecnologia não deve servir ao consumo – portanto, nem ao lucro –, mas à necessidade de “resolver os problemas urgentes da humanidade” (n. 192). Assim, o Papa defende o fim dos “mercados que atacam o poder”, lembrando aqui o subtítulo [em francês] do livro de Daniel Yergin e Joseph Stanislaw. De maneira mais explícita que os textos onusianos, ele denuncia a incapacidade dos mercados de autorregular-se. Segundo ele, “o que se espera é que elas [a política e a economia] reconheçam os seus próprios erros e encontrem formas de interação orientadas para o bem comum” (n. 198).

### **Teologia do povo e desenvolvimento**

Num pano de fundo de concordância global quanto ao diagnóstico e aos desafios, o que foi dito acima já indica uma diferença de tom significativa entre a abordagem onusiana e aquela de Francisco. Em relação a todos os temas comuns às duas abordagens, o Papa adota quase sistematicamente uma posição mais exigen-

te do que as Nações Unidas. Mas não há apenas uma diferença de tom entre esses dois discursos no concerto internacional.

Os ODS inspiram-se certamente na vontade comum das classes médias dos países industrializados (ditos do Anexo 1, no jargão da ONU) de contribuírem para tirar as populações pobres da miséria abjeta em que são mantidas pelas contingências da história e pelas estruturas injustas herdadas da época colonial. Correndo o risco de simplificação, podemos afirmar que a perspectiva em que se inserem o discurso e a prática da ONU consiste na tentativa utópica de transformar todos os pobres do planeta em cidadãos burgueses, semelhantes àqueles que povoam as capitais dos países do Norte. A perspectiva que embasa os escritos do Papa Francisco é outra. Insere-se na corrente da *teologia del Pueblo*, cujos fundadores<sup>6</sup> foram Lucio Gera e Rafael Tello, na Argentina da década de 1960. O “povo de Deus” (*Gaudium et Spes*, n. 53) é obviamente a categoria matricial dessa versão argentina das teologias da libertação que floresceram na América Latina até a década de 1980, tendo

<sup>6</sup> Padres diocesanos e professores de Teologia na Faculdade de Buenos Aires. Mencionemos também Justino O’Farrell, Gerardo Farrell e o jesuíta Fernando Boasso.

nos escritos de Francisco um papel igualmente decisivo. *Pueblo*, contudo, pode ser entendido de três maneiras pelo menos: primeiro, como categoria mística, próxima do “corpo de Cristo” paulino; segundo, como categoria política, numa quase identificação com o conjunto dos cidadãos de um Estado-Nação; e terceiro, como classe social distinta de uma elite econômica ou cultural. As três acepções coexistem na Declaração do Episcopado Argentino de San Miguel (1969), assim como nos escritos atuais do Papa. Ora, é essa polissemia que imprime todo seu vigor à escatologia que permeia a pastoral de Francisco: a perspectiva visada não é uma integração dos deserdados no mundo “encantado” da burguesia ocidental, e sim uma reformulação radical das estruturas sociais e políticas pela iniciativa do povo (na acepção de classe social) com vistas a uma nova unidade do povo-nação.

O gesto teológico próprio dessa corrente consiste em identificar os “excluídos do planeta” com o povo de Deus, com a multidão dos *anawins* (pobres) do Antigo Testamento. E, com base nessa identidade, expressa-se a fé de que o povo dos pobres saberá encontrar o caminho para uma nova unidade de todo o povo-nação. Essa fé nos recursos de criatividade do povo talvez não esteja tão explícita em outro lugar quanto no discurso,

que se tornou célebre, pronunciado por Francisco em Santa Cruz. O futuro pertence ao povo, que, dispondo de poucos ou de nenhum privilégio a proteger, está aberto à novidade de um Deus que cria o novo<sup>7</sup>. Podemos avaliar aqui quão equivocada é a acusação de “marxismo” dirigida ao Papa por alguns cristãos conservadores norte-americanos: para além do movimento peronista de defesa das vítimas da ditadura militar de Onganía, se quisermos fazer a genealogia da pastoral do povo de Francisco (e, antes dele, de Gera, Tello, Scannone...), é bem mais para Saint-Simon que devemos nos voltar<sup>8</sup>.

O fato de que Henri de Lubac, uma das referências teológicas europeias do Papa Francisco, dedicou sua obra à pneumatologia implícita numa filosofia política como a de Saint-Simon demonstra a linha de parentesco que vai do cristianismo ao socialismo não marxista do início do século XIX<sup>9</sup>. Ao contrário, o tom apocalíptico

7 Encontramos certamente uma tese parecida no papel que Michel de Certeau – uma referência recorrente nos escritos de Francisco – atribuiu aos marginalizados, aos místicos e aos loucos. A todos aqueles que renovam a partir da periferia do mundo social.

8 Cf. Henri de Lubac, *La postérité spirituelle de Joachim de Flore*, Paris, Lethielleux et Namur, éd Culture et vérité, 1979.

9 E prossegue até o início do século XX: Cécile Renouard, *La dimension religieuse du socialisme français à l'aube du vingtième siècle*.

que inspira a obra de Karl Marx se presta muito facilmente a uma interpretação determinista das “leis de ferro” (*lois d’airain*) da história, em detrimento de uma verdadeira abertura ao futuro do *Pueblo de Dios*. Além disso, a escatologia marxiana alega ser diretamente internacionalista, enquanto Francisco, como os teólogos argentinos que o inspiraram, continua vendo o Estado-Nação do Tratado de Vestfália (1648) como o horizonte insuperável da libertação do povo. Por fim, para todos esses pastores cristãos, tal libertação não pode absolutamente ser conquistada pela violência: o povo oprimido possui recursos para uma superação daquilo que o opõe às elites, mas essa superação, em vez de desembocar na luta de classes, deve supostamente conduzir a um novo tipo de unidade nacional.

O que foi dito possibilita facilmente compreender a importância que Francisco atribui à cultura popular – a principal prova disso foi sua homilia diante da Virgem de Guadalupe em 12 de dezembro de 2014<sup>10</sup>. Uma cultura

---

*A travers la figure de Lucien Herr (1864-1926); e alguns escritos de Charles Andler, Léon Blum, Jean Jaurès e Charles Péguy, (sob a coordenação de Marcel Gauchet et Pierre Manent), E.H.E.S.S., Centre de Recherches Politiques Raymond Aron, maio 2003.*

10 Cf. site da Santa Sé: [https://w2.vatican.va/content/francesco/fr/homilies/2014/documents/papa-francesco\\_20141212\\_nostra-sig-](https://w2.vatican.va/content/francesco/fr/homilies/2014/documents/papa-francesco_20141212_nostra-sig-)

e uma piedade que talvez muitos teólogos da libertação do norte da América Latina, muito influenciados, sem dúvida, pela cultura das elites europeias, menosprezaram, e que dão um matiz específico à teologia argentina do povo.

### A governança

Podemos avaliar a distância que separa tal perspectiva teológico-política dos ODS formulados no âmbito das Nações Unidas. Talvez uma maneira concreta de avaliar essa distância passe pela análise do conceito de *governança*. Ausente nos ODM, esse conceito foi introduzido no 17º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Ora, dentro das tradições políticas inerentes à história da ONU, existem pelo menos duas maneiras de entender o que a *governança* designa. Os conselhos prodigalizados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, formulados em termos de “boa governança” (*good governance*), datam do início da década de 1990<sup>11</sup>. Eles

---

[nora-guadalupe.html](#)

11 Desde então, a noção invadiu uma parte significativa do corpo social, com o uso das expressões “governança empresarial”, “gover-

consistem, primeiramente, na promoção de uma maior transparência na gestão dos assuntos públicos, numa normatização das práticas de controle, na luta contra a corrupção, ou até mesmo contra o financiamento do terrorismo (desde 11 de setembro)<sup>12</sup>. Porém, a noção de *governança* não se limita apenas, evidentemente, ao *controle* da boa gestão: desde o início, ela vem acompanhada por uma definição, por mais implícita que seja, do que seria uma boa gestão<sup>13</sup>. A “eficiência” é sempre pensada ali em termos burocráticos, em conformidade com a utopia contemporânea que acredita ser possível governar unicamente com regras. E as “soluções de mercado” ocupam um lugar privilegiado no arsenal das ferramentas às quais o poder público passa a ser convidado a recorrer, pelo menos se quiser merecer o selo da “boa governança”.

Não há nada paradoxal nessa aliança entre uma perspectiva resolutamente burocrática e o desejo de resolução dos conflitos sociais pela instituição de mer-

---

nança ambiental”, “governança mundial” e, provavelmente, não tardará a “governança de si mesmo”...

12 Cf. International Monetary Fund, *Good governance, the IMF rôle*, Washington DC, 2003.

13 World Bank, *Governance, the World Bank’s experience*, Washington DC, 1994.

cados descentralizados. O antropólogo nova-iorquino David Graeber lança um olhar surpreendente sobre um casamento de aparência tão insólita<sup>14</sup>: toda “solução” de mercado, segundo ele, conduz a uma ampliação das prerrogativas e do campo de intervenção da administração – pública ou privada, tanto faz. Porque, é claro, o “mercado” nunca emerge espontaneamente: é preciso estabelecer regras que obriguem a transformar um bem social em mercadoria, e depois, são necessários funcionários para fazer com que essas regras sejam aplicadas, outros ainda para avaliar o impacto das ditas regras, mais outros batalhões para julgar as infrações ou sancionar os contraventores...

As lutas sociais que acompanharam a tentativa de privatização da água potável, seja em Cochabamba ou em Nápoles, sabem quanta energia e engajamento coletivos o “povo”, caro ao Papa Francisco, precisa investir para resistir a essa apropriação quando ela afeta recursos tão fundamentais como a água. Alain Supiot, por sua vez, mostrou como, em última instância, o direito e o político acabam por ser, eles mesmos, concebidos e

---

14 Cf. David Graeber, *The Utopia of Rules: On Technology, Stupidity, and the Secret Joys of Bureaucracy*, London, Melville House, 2015.

exercidos como servos de uma governança pelos números, que pretende substituir os riscos da decisão soberana pelo cálculo (operado sobre uma *physis* social imaginária). Trata-se de um imaginário que o progresso das telecomunicações registrado nas três últimas décadas alimenta com metáforas reticulares, segundo as quais cada pessoa, cada assalariado, cada cidadão deve “reagir” aos estímulos (batizados de incentivos) das modificações regulamentares<sup>15</sup>.

Essa utopia do governo pela regra (administrativa), como podemos perceber, é alheia ao governo do Papa Francisco. Sua própria prática dentro da cúria vaticana demonstra isso todos os dias. Mas não é só isso. O imaginário de um mundo regulado por exércitos de burocratas não é só perfeitamente compatível com o de uma mercantilização do espaço social. Também é o aliado de uma financeirização do mundo. Pelo menos, dentro da arquitetura mundial do capital que foi traçada durante a década de 1990, ao mesmo tempo em que, após a queda do Muro de Berlim, o “mercado” era lido por alguns como o indicativo do “fim da história”.

15 Alain Supiot, *La Gouvernance par les nombres*, Paris, Fayard, 2015.

O cientista político Rawi Abdelal<sup>16</sup> mostrou recentemente, de fato, que a globalização financeira que conhecemos hoje não somente não se impôs de forma espontânea, como também foi construída de maneira muito voluntarista, em grande parte, aliás, por socialistas franceses. Jacques Delors, na Comissão Europeia; Pascal Lamy, na Organização Mundial do Comércio; Michel Camdessus e Dominique Strauss-Kahn, no FMI. A ambição comum nos esforços desses diferentes atores teria sido a construção de um mundo em que seria assegurada a perfeita mobilidade do capital, antes de qualquer outra consideração política, através de regras internacionais que se imporiam aos Estados-Nações. Tal projeto, que conjugava uma visão universalista tipicamente francesa com uma confiança absoluta nas virtudes da mobilidade do capital<sup>17</sup>, nunca foi apoiado nem por Wall Street, nem por Washington. Os Estados Unidos sempre preferiram a imposição da *american rule* por meio de relações bilaterais, e é essa abordagem alternativa que, hoje, diante

16 Rawi Abdelal *Capital Rules – The construction of global finance*, Harvard University Press, 2009.

17 Confiança que, como sabemos hoje, não tem fundamento econômico, conforme cf. Steve Keen, *L'Imposture économique*, Ed. de l'Atelier, 2014; ou G. Giraud, *Illusion financière*, Ed. de l'Atelier, 2013.

do reiterado fracasso das negociações da OMC, conduz a América do Norte a privilegiar os tratados de livre comércio bilaterais. Ao contrário, Jacques Delors desejava, no final da década de 1990, que o FMI adquirisse o direito de impor sanções aos países-membros que criassem obstáculo à mobilidade do capital. Ele teria provavelmente conseguido isso, não fosse a oposição do pragmatismo norte-americano.

Um projeto como esse certamente nada tem a ver com a perspectiva de um povo-nação transfigurado pelo povo dos pobres, a qual dá sustentação aos escritos do Papa Francisco. Essa perspectiva é indissociável da denúncia reiterada pelo Bispo de Roma dos malefícios da financeirização de nossas sociedades. Enquanto, na perspectiva da *good governance*, os abusos da finança desregulada, que se tornaram explícitos principalmente no *krach* histórico dos *subprimes*, entre 2007 e 2009, e suas consequências desastrosas para a zona do euro requerem reforço das regras (e novos regimentos de burocratas para aplicá-las), Francisco denuncia o “bezerro de ouro” que mata. O Papa chega a escrever, na *Laudato Si'*, que a exploração sexual das crianças, o abandono dos idosos, o descaso com a crise ecológica e o incentivo

desenfreado às “soluções” de mercado fazem parte de um mesmo estado de espírito (n. 123).

Felizmente, existe outra tradição inerente à história das Nações Unidas, capaz de alimentar uma hermenêutica bem diferente do “bom governo”. Trata-se do espírito de Filadélfia<sup>18</sup>. A declaração proclamada em 1944 pela Organização Internacional do Trabalho (uma emanção da Sociedade das Nações, herdada do período entre guerras) também tinha, na verdade, uma vocação universal, mas pretendia fazer da justiça social uma das pedras angulares da ordem jurídica internacional. Ao afirmar que “o trabalho não é uma mercadoria” e que “uma paz duradoura só pode se estabelecer com base na justiça social”, ela estava imbuída do mesmo estado de espírito do Conselho Nacional de Resistência – estado de espírito que, desde a década de 1980, vem se desmantelando gradativamente, por conta do programa político de privatização do mundo de que tratamos anteriormente.

18 Cf. Alain Supiot, *L'Esprit de Philadelphie. La justice sociale face au marché total*, Paris, Seuil, 2010. Traduzido e publicado em português: Alain Supiot, *Espírito de Filadélfia, O A Justiça Social Diante do Mercado Total* (Sulina).

É claramente essa tradição que a encíclica *Laudato Si'* revigora, fazendo-a passar pelo fogo da teologia argentina do povo. E é essa mesma tradição que alguns arquitetos franceses da mobilidade do capital parecem ter traído. Por quê? A tese de Rawi Abdelal dá ênfase ao traumatismo provocado pelo “fracasso” do socialismo francês nos anos 1981-1983. Convencidos de que o controle dos capitais não impedia os poderosos de driblar as fronteiras, mas penalizava as classes médias, alguns socialistas teriam tido a certeza de que seu maior dever seria então favorecer essa mobilidade<sup>19</sup>. Tal desca-minho, sem dúvida, não é alheio às disfunções da zona do euro, que o drama grego revela<sup>20</sup>. Nesse aspecto também, o interesse limitado de Francisco pelas instituições

19 Hoje também se tem a clareza de que tal diagnóstico não tem fundamento. Prova disso foi a grave crise que sofreu o sudeste asiático em 1997-1998 por causa da fuga de capitais, assim como por seu poder desestabilizador – que hoje vemos em relação a um país como o Brasil –, aliado à ineficiência da alocação mundial do capital num contexto de excesso de poupança.

20 De modo geral, podemos aventar a hipótese de que a conversão de uma parte da socialdemocracia da Europa ocidental, característica da “terceira via” (Blair, Schröder etc.), às finanças de mercado foi facilitada por um imaginário dos mercados financeiros como superação internacionalista da luta de classes. É bem verdade que não há nem fábrica, nem uniformes azuis nas salas de mercado dos bancos e dos *hedge funds*.

européias e suas advertências à Europa por ocasião de sua única passagem por Estrasburgo tornam explícito o fosso que separa sua própria concepção do político daquela que ocupa certas versões do projeto europeu contemporâneo.

\* \* \* \*

Ao advertirem da situação alarmante do desafio climático, examinada do ponto de vista do “desenvolvimento sustentável” ou da “ecologia humana”, o discurso do Papa e as declarações onusianas convergem indiscutivelmente. Integrando a questão social no cerne da abordagem ecológica do desenvolvimento, ambos afirmaram o caráter necessariamente inclusivo de todo progresso político. Com a reintrodução da questão política, *Laudato Si'* bem como os ODS desenvolveram certa ideia das instituições multilaterais – cuja importância foi destacada com os sucessos de 2015 – e enfatizaram a importância da escala local. Porém, certa leitura dos ODS, inspirada numa socialdemocracia da Europa ocidental convertida à financeirização do mundo e aliada à utopia de sua submissão à governança de regras burocráticas,

revela-se ortogonal à perspectiva teológico-política de Francisco. Não só o Papa não é marxista, como também sequer é socialdemocrata.

A convergência entre *Laudato Si'* e os ODS só pode cumprir suas promessas se estes forem interpretados à luz de outra tradição subjacente ao direito internacional: aquela da Sociedade das Nações, da Orga-

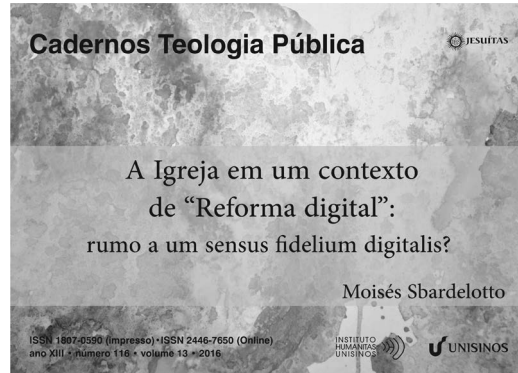
nização Internacional do Trabalho e da Declaração da Filadélfia. É esta hermenêutica que inspira o preâmbulo da Carta – “Nós, povos das Nações Unidas” –, onde o valor da pessoa humana é erigido em pedra fundamental da instituição onusiana. Seus dirigentes não devem esquecê-lo.

## Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



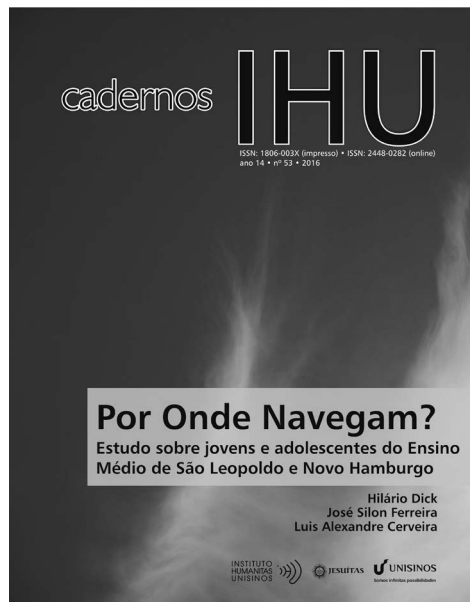
Nº 48 – Mineração e o impulso à desigualdade: impactos ambientais e sociais

**Cadernos IHU em formação** é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista **IHU On-Line** e nos **Cadernos IHU ideias**. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 116 – *A Igreja em um contexto de “Reforma digital”:* rumo a um *sensus fidelium digitalis?* Moisés Sbardelotto

A publicação dos **Cadernos Teologia Pública**, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os **Cadernos Teologia Pública** se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 53 – *Por onde navegam?*  
*Estudo sobre jovens e adolescentes do Ensino Médio de São Leopoldo e Novo Hamburgo* – Hilário Dick, José Silon Ferreira e Luis Alexandre Cerqueira

Os **Cadernos IHU** divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas sobre ética, sociedade sustentável, trabalho, gênero e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Nº 248 – *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia*  
- Roberto Romano



Os **Cadernos IHU ideias** apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação.

## Cadernos Teologia Pública

- N. 1 *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- N. 2 *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 *Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- N. 22 *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- N. 23 *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 24 *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM

- N. 26 *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier
- N. 32 *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
- N. 49 *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 *“Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Girauda, SJ
- N. 51 *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elizabeth A. Johnson
- N. 52 *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 *Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum”* – Andrea Grillo
- N. 57 *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger

- N. 60 *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislando Nóbrega de Lima
- N. 70 *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haight
- N. 75 *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan
- N. 76 *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
- N. 81 *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
- N. 82 *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
- N. 83 *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho
- N. 84 *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”* – Renato Ferreira Machado
- N. 85 *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
- N. 86 *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* – Peter C. Phan
- N. 87 *O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25* – André Wénin
- N. 88 *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* – Adam Kotsko
- N. 89 *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39* – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 *A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer* – John W. O’Malley
- N. 91 *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa* – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Car-

- men Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek* – Adam Kotsko
- N. 93 *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo
- N. 94 *Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco* – John O’Malley
- N. 95 *“Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente* – Massimo Faggioli
- N. 96 *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém* – Aspectos epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald
- N. 97 *500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas* – Vítor Westhelle
- N. 98 *O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo* – Gilles Routhier
- N. 99 *Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori
- N. 100 *O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da Gaudium et Spes* – Afonso Murad
- N. 101 *Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo* – Elias Wolff
- N. 102 *A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II* – Flávio Martinez de Oliveira
- N. 103 *O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje!* – Emerson Sbardelotti Tavares
- N. 104 *A exortação apostólica Evangelii Gaudium: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II* – Christoph Theobald
- N. 105 *Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer* – Ney Brasil Pereira
- N. 106 *Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja* – Rejane Maria Dias de Castro Bins
- N. 107 *O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia* – Antonio Manzatto
- N. 108 *Morte como descanso eterno* – Luís Inacio João Stadelmann
- N. 109 *Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica* – Guillermo Kerber
- N. 110 *A Encíclica Laudato Si’ e os animais* - Gilmar Zampieri
- N. 111 *O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de Dignitatis Humanae e Amoris Laetitia* – Andrea Grillo
- N. 112 *O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco* – Christoph Theobald
- N. 113 *Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos* – Roberto E. Zwetsch
- N. 114 *Laudato Si’, o pensamento de Morin e a complexidade da realidade* – Giuseppe Fumarco
- N. 115 *A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 116 *A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um sensus fidelium digitalis?* Moisés Sbardelotto



**Philippe Orliange.** Diplomado em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. É um diplomata de carreira. Representando o Ministério das Relações Exteriores francês, atuou no Congo, Quênia, Nova York (missão permanente nas Nações Unidas), Colômbia, Vietnã e África do Sul. Ele também ocupou vários cargos na administração central do Ministério (África, Nações Unidas, Cooperação Internacional e Desenvolvimento). De 2006 a 2008, ocupou cargos como coordenador regional geográfico (Líbano, Egito), e depois como vice-diretor do departamento de Mediterrâneo e Médio Oriente da AFD. Em 2011, foi nomeado vice-diretor e, em seguida, diretor do departamento da América Latina e do Caribe. Atualmente é diretor de estratégia, parcerias e comunicação da Agence Française de Développement (AFD).



**Gaël Giraud.** Economista chefe de Agence Française de Développement (AFD). Doutorado em Matemática Aplicada (1998) pela Laboratoire d'Econométrie de l'Ecole Polytechnique/University Paris-1: "Strategic Market Games". Summa cum laude. Mestrado em Modelagem e Métodos Matemáticos em Economia (1992) pela Ecole Polytechnique/University Paris-1. Doutorando em Teologia pela Faculté Jésumes de Paris – Centre-Sèvres. Docente na Ecole Nationale des Ponts et Chaussées (ENPC) e no Centre Sèvres. Pesquisador Sênior em economia do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Fundador e Diretor da Chaire Energia y Prosperidad (Ecole Normale Supérieure, Ecole Polytechnique, ENSAE). Membro do conselho científico do Laboratório sobre a regulação financeira e do Observatório Europeu Finance Watch. Membro do conselho científico da Fundação Nicolas Hulot para natureza e o homem.

### Algumas publicações do autor:

GIRAUD, Gaël. *Ilusão Financeira. Dos subprimes à transição ecológica*. São Paulo, Loyola, 2015.

\_\_\_\_\_. *Vingt propositions pour réformer le capitalisme*, codirigido com Cécile Renouard. Paris: Flammarion, 2012.

\_\_\_\_\_. *Le facteur 12*. Paris: Carnets Nord, 2012.

### Outras contribuições

*Do decrescimento surgirá uma humanidade mais justa e menos desigual*. Revista IHU On-Line, n. 495. [17/10/2016]. Disponível em: <https://goo.gl/qCdhPd>. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista e Tradução foram realizadas por Ricardo Machado.

*Em busca de uma nova humanidade*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line. [08/10/2016]. Disponível em: <https://goo.gl/vAHQCE>. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista e Tradução foram realizadas por Ricardo Machado.

*Da dívida ecológica ao débito do sistema financeiro com os pobres*. Revista IHU On-Line, n. 469. [03/08/2016]. Disponível em: <https://goo.gl/8EJWvx>. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A entrevista foi realizada por Ricardo Machado. A tradução é de Vanise Dresch.

A ecologia econômica como alternativa às desigualdades. Entrevista especial publicada por IHU On-Line. [25/06/2014]. Disponível em: <https://goo.gl/rpSpDi>. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A entrevista foi realizada por Patricia Fachin e Ricardo Machado. A tradução é de Paulo Duarte.

